

SELEÇÃO PÚBLICA

12. PROVA OBJETIVA

ESPECIALISTA TRIBUTÁRIO

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS, ESTE CADERNO CONTENDO **50** QUESTÕES OBJETIVAS E O SEU CADERNO DE REDAÇÃO.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NAS CAPAS DOS CADERNOS.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ MARQUE, NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS, LOCALIZADA NO VERSO DESTA PÁGINA, A LETRA CORRESPONDENTE À ALTERNATIVA QUE VOCÊ ESCOLHEU.
- ♦ TRANSCREVA PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, TODAS AS RESPOSTAS ANOTADAS NA FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS.
- ♦ VOCÊ TERÁ **4** HORAS PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES E PARA DESENVOLVER O TEMA DA REDAÇÃO.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DAS PROVAS.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS, ESTE CADERNO DE QUESTÕES E O CADERNO DE REDAÇÃO, PODENDO DESTACAR ESTA CAPA PARA FUTURA CONFERÊNCIA COM O GABARITO A SER DIVULGADO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

QUESTÃO	RESPOSTA				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E

06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E

11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E

16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E

21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

QUESTÃO	RESPOSTA				
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E

31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E

36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E

41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E

46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E

01. Leia a charge.



A última frase da charge, reescrita em voz ativa e correta quanto ao uso de pronomes e à colocação pronominal, assume a seguinte redação:

- (A) Esse homem, a ignorância já contaminou-lhe.
- (B) Esse homem pela ignorância já se contaminou.
- (C) Esse homem, a ignorância já o contaminou.
- (D) Esse homem, já lhe contaminou a ignorância.
- (E) Esse homem, a ignorância já o tem contaminado.

Para responder às questões de números 02 a 06, leia o texto.

O homem que transformou Belém na Cidade das Mangueiras

Belém, no fim do século 19, teve um prefeito peculiar, Antônio José de Lemos. Truculento, mas moderno: inaugurou a energia elétrica no País, pôs em praça pública espetáculos europeus e arborizou as ruas com pés de manga. Às vezes uma cai na cabeça de alguém, como aconteceu com o jornalista paraense Palmério Dória, nosso amigo: “A sensação é desconcertante”, diz ele, sem atinar que, via oral, manga faz bem ao cérebro.

Quiseram substituir as mangueiras por oitis, de frutos pequenos. Houve tal grita, liderada pela intelectual Eneida de Moraes, que “a ideia de jerico gorou”.

Comenta Palmério que as mangueiras refrescam a cidade e ajudam os pobres. Armam traquitanas de bambu, colhem as mangas e saem vendendo. Pena que os prefeitos de hoje não plantem árvores frutíferas, como fez Lemos. Que nem viu as mangueiras frutificarem. Em 1911, deposto e arrastado por inimigos pelas ruas, safou-se e “exilou-se” no Rio, onde morreu no ano seguinte. Seria depois “anistiado” e seus restos mortais trasladados para Belém.

(Brasil – *almanaque de cultura popular*, TAM, jan/2010)

02. De acordo com o texto, Antônio José de Lemos foi um homem

- (A) visionário, apesar da origem humilde.
- (B) marcado por ser retrógrado e violento.
- (C) cujo legado a Belém pode ser questionado.
- (D) pouco arrojado para as necessidades da época.
- (E) vanguardista, apesar de seu estilo grosseiro.

03. Analise as afirmações.

- I. O autor considera Antônio José de Lemos um prefeito com estilo próprio, conforme demonstra o emprego do termo *peculiar*.
- II. Palmério Dória, que não vê benefícios da manga à saúde, considera agradável a sensação dessa fruta caindo na cabeça.
- III. Conforme o 3.º parágrafo, os prefeitos de hoje deveriam imitar Antônio José de Lemos e plantar árvores frutíferas pelas cidades.

Conforme o sentido do texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

04. Assinale a alternativa em que se apresenta corretamente o antônimo do verbo da oração: “a ideia de jerico gorou”.

- (A) Puniu.
- (B) Derrocou.
- (C) Malogrou.
- (D) Vingou.
- (E) Arrefeceu.

05. Assinale a alternativa correta quanto à concordância e ao emprego da conjunção, conforme o sentido do texto.

- (A) Grupos da sociedade de Belém pretendia que as mangueiras fossem substituídas por oitis, no entanto existiram tumultos, liderados por Eneida de Moraes.
- (B) Grupos da sociedade de Belém pretendiam que as mangueiras fossem substituídas por oitis, porém houve tumultos, liderados por Eneida de Moraes.
- (C) Parte da sociedade de Belém pretendiam que as mangueiras fossem substituídas por oitis, porque ocorreu tumultos, liderados por Eneida de Moraes.
- (D) Parte da sociedade de Belém pretendia que as mangueiras fossem substituídas por oitis, portanto aconteceram tumultos, liderados por Eneida de Moraes.
- (E) Grupos da sociedade de Belém pretendia que as mangueiras fossem substituídas por oitis, como se verificou tumultos, liderados por Eneida de Moraes.

06. Ao _____ que queriam substituir as mangueiras por oitis, Eneida de Moraes _____. Dessa forma, se _____ em Belém as árvores plantadas na gestão de Antônio José de Lemos.

Os espaços da frase devem ser preenchidos, correta e respectivamente, com

- (A) vir ... entrevistou ... mantiveram
- (B) ver ... interveio ... mantiveram
- (C) vir ... interveio ... mantiveram
- (D) ver ... interveio ... mantiveram
- (E) vir ... entrevistou ... mantiveram

Leia o texto para responder às questões de números 07 e 08.

Volta e meia aparecem nas mídias os erros crassos de alunos nos vestibulares. Normalmente, eles são coletados nas redações e se referem ao uso da língua e ao domínio de conhecimentos básicos e especializados. A chacota e a estupefação substituem um exame mais sério do problema. Ora, eles deveriam saber, se não sabem é porque são *burros*, isto é, incapazes de aprender, tal como animais! Este modo de ver e comunicar o que ocorre, encontrável em múltiplas fontes, é levado ao paroxismo e serve de explicação absolutamente falsa, derivada de preconceitos típicos visíveis na sociedade brasileira. As redações geniais e os textos sem erros apreciáveis jamais são midiáticos. Um desavisado pode imaginar que todos os estudantes sofrem da mesma dificuldade, o que é um absurdo lógico. Espetaculariza-se o erro, talvez, para esconder os acertos.

(www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=4579)

07. De acordo com o texto, os erros crassos de alunos nos vestibulares, veiculados nas mídias,

- (A) ratificam o despreparo do jovem contemporâneo, que tem dificuldades no uso da língua e não domina conhecimentos básicos e especializados.
- (B) constroem um panorama preconceituoso da escrita dos jovens, que pode esconder uma realidade diferente no que diz respeito ao uso da língua.
- (C) mostram o iminente caos na educação brasileira atual que, tendo banido os preconceitos da educação, não foi capaz de melhorar sua qualidade.
- (D) revelam que os jovens infringem os padrões linguísticos por se considerarem incapazes de aprender numa sociedade eivada de preconceitos.
- (E) demonstram que a sociedade retira de circulação os textos brilhantes para que, com os mal escritos, tenda-se a minimizarem-se os preconceitos.

08. Analise as afirmações.

- I. Está correta quanto à concordância a versão da frase do texto: *Chacota e estupefação constante substituem um exame mais sério do problema.*
- II. A frase – *Ora, eles deveriam saber, se não sabem é porque são “burros”, isto é, incapazes de aprender, tal como animais!* – externa o ponto de vista do autor sobre a produção escrita dos alunos brasileiros.
- III. A frase – *... o que é um absurdo lógico.* – elaborada em linguagem figurada, afirma que é um absurdo desconsiderar que todos os estudantes tenham a mesma dificuldade.

Conforme o sentido do texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Nas questões de números 09 e 10, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, os espaços do texto.

09. No Brasil, o tribunal do júri é a instância responsável pelo julgamento dos crimes dolosos _____ vida. A ideia por trás desse critério é que, ao contrário dos crimes contra o patrimônio, por exemplo, os que atentam contra a vida podem ser mais facilmente cometidos por pessoas que não são bandidos *profissionais*. Dessa forma, entende o direito, é justo que sua conduta seja avaliada por iguais – cidadãos que, por viverem _____ mesmas regras e códigos sociais do réu, conseguiriam entender melhor suas motivações, paixões e emoções.

(<http://veja.abril.com.br/310310/justica-foi-feita-p-080.shtml>. Adaptado)

- (A) na ... sobre as
- (B) da ... nas
- (C) contra a ... sob as
- (D) para a ... ante as
- (E) perante a ... sobre as

10. Em 2000, o jornalista Antônio Pimenta Neves, então diretor de redação do jornal *O Estado de S.Paulo*, matou a jornalista Sandra Gomide com dois disparos pelas costas. Pimenta não se conformava com o fato de que ela, 31 anos mais jovem do que ele, havia rompido o namoro entre os dois. O jornalista confessou o crime _____ polícia. Julgado seis anos depois, foi considerado culpado pelo homicídio, por 7 votos _____ zero, e condenado _____ dezoito anos. Pimenta recorre do resultado em liberdade.

(<http://veja.abril.com.br/310310/justica-foi-feita-p-080.shtml>. Adaptado)

- (A) à ... à ... a
- (B) à ... à ... à
- (C) a ... a ... a
- (D) a ... à ... a
- (E) à ... a ... a

LÍNGUA INGLESA

Leia o texto para responder às questões de números 11 a 15.

Ocean Wind Power Maps Reveal Possible Wind Energy Sources

PASADENA, Calif. – Efforts to harness the energy potential of Earth’s ocean winds could soon gain an important new tool: global satellite maps from NASA. Scientists have been creating maps using nearly a decade of data from NASA’s QuikScat satellite that reveal ocean areas where winds could produce energy.

The new maps have many potential uses including planning the location of offshore wind farms to convert wind energy into electric energy. The research, published this week in *Geophysical Research Letters*, was funded by NASA’s Earth Science Division. “Wind energy is environmentally friendly. After the initial energy investment to build and install wind turbines, you don’t burn fossil fuels that emit carbon,” said study lead author Tim Liu, a senior research scientist.

QuikScat, launched in 1999, tracks the speed, direction and power of winds near the ocean surface. Data from QuikScat, collected continuously by a specialized microwave radar instrument named SeaWinds, also are used to predict storms and enhance the accuracy of weather forecasts.

The new QuikScat maps, which add to previous generations of QuikScat wind atlases, also will be beneficial to the shipping industry by highlighting areas of the ocean where high winds could be hazardous to ships, allowing them to steer clear of these areas.

(www.jpl.nasa.gov/news/news.cfm?release.09.08.2008. Adaptado)

11. According to the text, ocean wind power maps
- (A) may be used to change some natural phenomena.
 - (B) assess the availability of fossil fuels near the ocean.
 - (C) make weather forecasting less accurate and slower.
 - (D) are based on the previous data from NASA’s QuikScat satellite.
 - (E) have provided information on climate change.
12. According to the text, concerning to wind energy, you don’t burn fossil fuels that emit carbon
- (A) due to the initial energy investment.
 - (B) because of the initial energy investment.
 - (C) in terms of the initial energy investment.
 - (D) except for the initial energy investment.
 - (E) including the initial energy investment.
13. According to the text, ocean wind power maps were
- (A) financed by NASA itself.
 - (B) designed by *Geophysical Research Letters*.
 - (C) sponsored by the Pasadena government.
 - (D) conceived by the weather forecasters.
 - (E) monitored by the shipping industry.

14. The terms *enhance the accuracy* in – *Data from QuikScat, collected continuously by a specialized microwave radar instrument named SeaWinds, also are used to predict storms and enhance the accuracy of weather forecasts.* – imply
- (A) improvement.
 - (B) obstacles.
 - (C) supposition.
 - (D) failure.
 - (E) skepticism.
15. The terms *steer clear of* in – *... also will be beneficial to the shipping industry by highlighting areas of the ocean where high winds could be hazardous to ships, allowing them to steer clear of these areas.* – can be replaced by
- (A) follow.
 - (B) avoid.
 - (C) strengthen.
 - (D) take advantage.
 - (E) approach.

Para responder às questões de números 16 a 20, leia o texto.

Why does bonded labour exist?

Poverty, and people prepared to exploit the desperation of others lie at the heart of bonded labour. Often without land or education, the need for cash just for daily survival forces people to sell their labour in exchange for a lump sum of money or a loan.

Despite the fact that bonded labour is illegal in most countries where it is found, governments are rarely willing to enforce the law, or to ensure that those who profit from it are punished. Today the International Labour Organisation estimates a minimum 9.3 million are in forced labour in the Asia-Pacific region, the majority of whom are in debt bondage.

Leelu Bai told us:

“I became bonded after I got married to my husband 20 years ago – his family had been bonded for three generations to the same landlord – they took loans for marriage, for illness, for education and so it went on... I used to work from 6.00am in the landlord’s house – cleaning, fetching water... Then I would go to work on the farm... cutting, threshing and so on until 7.00pm or later. Sometimes I would have to go back to the landlord’s house to clean and wash everything. My landlord never let me work with another landlord, he would abuse us and threaten to beat us if we ever went to work for someone else. If we were ill, the landlord would come to our houses and tell us that we were very lazy and so on... As women, we had to work more than men because women had to work in the landlord’s house as well as the farm...”

Leelu Bai – Former bonded labourer adivasi (indigenous) woman from Thane District, India.

(www.antislavery.org/english/slavery_today/bonded_labour.aspx.17.03.2010. Adaptado)

16. According to the text, bonded labour exploitation
- (A) differs from country to country in legal terms.
 - (B) has been a usual practice in developing countries.
 - (C) brings profit to the majority of countries.
 - (D) is supported by a complex legal framework.
 - (E) lacks stricter punishment by governments.
17. According to the text, some people are submitted to bonded labour because they
- (A) refused working for legalized firms.
 - (B) borrowed something from the exploiters.
 - (C) intended to buy properties.
 - (D) stole money from government.
 - (E) lent cash to other labourers.
18. The term *would* in – ... *Then I would go to work on the farm... cutting, threshing and so on until 7.00pm or later.* – emphasizes the
- (A) possibility.
 - (B) ability.
 - (C) task.
 - (D) routine.
 - (E) hierarchy.
19. The term *those* in – *Despite the fact that bonded labour is illegal in most countries where it is found, governments are rarely willing to enforce the law, or to ensure that those who profit from it are punished.* – refers to
- (A) governments.
 - (B) debts.
 - (C) exploiters.
 - (D) countries.
 - (E) labourers.
20. According to the text, Leelu Bai used to
- (A) get sick due to the work environment.
 - (B) be responsible for other landlords' activities.
 - (C) work both in the landlord's house and the farm.
 - (D) refuse staying in the farm at night.
 - (E) take loans for treating illnesses from many landlords.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado”.
- Segundo a Constituição Federal, esse dispositivo corresponde ao princípio da
- (A) anterioridade.
 - (B) legalidade.
 - (C) uniformidade.
 - (D) capacidade contributiva.
 - (E) irretroatividade.
22. Compete à União instituir impostos sobre
- (A) grandes fortunas, nos termos da lei ordinária.
 - (B) transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
 - (C) grandes fortunas, nos termos da lei complementar.
 - (D) propriedade de veículos automotores.
 - (E) propriedade predial e territorial urbana.
23. De acordo com a competência tributária residual, prevista na Constituição Federal do Brasil, poderá(ão)
- (A) os Estados, mediante lei complementar, instituir impostos não previstos na competência da União, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na referida Constituição.
 - (B) os Municípios, mediante lei complementar, instituir impostos não previstos na competência da União, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na referida Constituição.
 - (C) o Distrito Federal, mediante lei complementar, instituir impostos não previstos na competência da União, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na referida Constituição.
 - (D) a União, mediante lei ordinária, instituir impostos não previstos na sua competência própria, desde que sejam cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na referida Constituição.
 - (E) a União, mediante lei complementar, instituir impostos não previstos na sua competência própria, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na referida Constituição.

24. Com relação ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, é facultado ao Senado Federal
- (A) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
 - (B) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de dois terços e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
 - (C) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria simples de seus membros.
 - (D) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de dois terços e aprovada pela maioria simples de seus membros.
 - (E) fixar alíquotas mínimas nas operações internas para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por um terço dos seus membros.
25. A imunidade recíproca das pessoas políticas, prevista na Constituição Federal, impede a cobrança de
- (A) tributos em geral.
 - (B) taxas e contribuições de melhoria, apenas.
 - (C) impostos e contribuições de melhoria, apenas.
 - (D) impostos e taxas de serviço público específico e divisível.
 - (E) impostos, apenas.
26. A expressão legislação tributária compreende
- (A) as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
 - (B) aos tratados e as convenções internacionais, os quais não revogam ou não modificam a legislação tributária interna, não sendo, portanto, observados pela que lhes sobrevenha.
 - (C) as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos, apenas, que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
 - (D) as leis complementares, apenas que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
 - (E) as normas complementares, apenas, que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
27. É(São) considerado(s) tributo(s) não vinculado(s)
- (A) as taxas do exercício regular do poder de polícia.
 - (B) as contribuições de melhoria para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
 - (C) as taxas de serviço público específico e divisível, prestadas ao contribuinte ou posto à sua disposição.
 - (D) os impostos.
 - (E) a contribuição social da seguridade social.
28. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada:
- (A) a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.
 - (B) a analogia, os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito tributário e a equidade.
 - (C) a analogia, a equidade, os princípios gerais de direito tributário e os princípios gerais de direito público.
 - (D) equidade, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a analogia.
 - (E) equidade, os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito tributário e a analogia.
29. O sujeito passivo da obrigação principal tributária diz-se
- (A) contribuinte, quando não tenha relação pessoal direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador, e responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
 - (B) contribuinte, quando tenha relação pessoal direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador, e responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
 - (C) contribuinte, quando tenha relação pessoal direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador, e responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de ato de vontade das partes.
 - (D) contribuinte, quando não tenha relação pessoal direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador, e responsável, quando, revestir-se da condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
 - (E) a pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.

- 30.** De acordo com o Código Tributário Nacional, na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal
- (A) quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, a sua residência habitual, ou sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.
 - (B) quanto às pessoas naturais, o lugar da sua sede, ou em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.
 - (C) quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.
 - (D) quanto às pessoas jurídicas de direito público, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.
 - (E) quanto às pessoas jurídicas de direito privado, o lugar da sua sede, apenas.
- 31.** Sem prejuízo do disposto no Código Tributário Nacional,
- (A) a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, desde que não vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
 - (B) a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
 - (C) a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, sem, contudo, excluir a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
 - (D) a lei não pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
 - (E) a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, não vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, mantendo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
- 32.** A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato
- (A) integralmente, se o alienante continuar a exploração do comércio, indústria ou atividade.
 - (B) subsidiariamente com o alienante, se este cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.
 - (C) integralmente, se o alienante prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.
 - (D) integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.
 - (E) subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 meses, a contar da averbação do trespasse no registro competente, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.
- 33.** A responsabilidade pelo crédito tributário dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, segundo a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, decorre
- (A) do simples não pagamento de tributo.
 - (B) dos atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.
 - (C) da dissolução regular da sociedade de capital.
 - (D) da dissolução regular da sociedade de pessoas.
 - (E) do não pagamento de tributo por falta de disponibilidade financeira.
- 34.** São sociedades não personificadas:
- (A) sociedade em comum e sociedade limitada.
 - (B) sociedade em comum e sociedade anônima.
 - (C) sociedade limitada e sociedade anônima.
 - (D) sociedade anônima e sociedade em conta de participação.
 - (E) sociedade em comum e sociedade em conta de participação.
- 35.** Suspendem a exigibilidade do crédito tributário
- (A) o depósito do montante integral e a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
 - (B) a concessão de tutela antecipada e a remissão.
 - (C) a decadência e a prescrição.
 - (D) o depósito do montante integral e a transação.
 - (E) a remição e a anistia.

36. Extinguem o crédito tributário
- (A) o pagamento e o parcelamento.
 - (B) o pagamento e o depósito do montante integral.
 - (C) o pagamento e a anistia.
 - (D) o pagamento e a transação.
 - (E) o pagamento e a concessão de tutela antecipada.
37. A isenção, segundo a sistemática adotada pelo Código Tributário Nacional, é uma causa de
- (A) extinção de crédito.
 - (B) suspensão de crédito.
 - (C) privilégio do crédito.
 - (D) garantia do crédito.
 - (E) exclusão de crédito.
38. Via de regra e sem prejuízo do disposto na legislação criminal
- (A) é permitida a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.
 - (B) é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.
 - (C) é permitida a divulgação, por parte da Fazenda Pública, apenas, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.
 - (D) é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública, não incluindo os seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.
 - (E) é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades, não se exce- tuando as informações que decorram de requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça.
39. A presunção de certeza e liquidez da dívida regularmente inscrita é
- (A) absoluta.
 - (B) relativa e não pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
 - (C) absoluta e não pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
 - (D) relativa.
 - (E) absoluta e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo, apenas.
40. Segundo o Código Tributário Nacional, a certidão negativa de débitos tributários será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de
- (A) 30 dias da data da entrada do requerimento na repartição.
 - (B) 15 dias da data da entrada do requerimento na repartição.
 - (C) 10 dias da data da entrada do requerimento na repartição.
 - (D) 20 dias da data da entrada do requerimento na repartição.
 - (E) 5 dias da data da entrada do requerimento na repartição.
41. Considera-se certidão positiva com efeito negativo
- (A) a certidão que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.
 - (B) a certidão que conste a existência de créditos vencidos, em curso de cobrança executiva em que não tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade não esteja suspensa.
 - (C) a certidão que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que não tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade não esteja suspensa.
 - (D) a certidão que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, apenas.
 - (E) a certidão que nada constar.
42. O aspecto material da hipótese de incidência do ICMS, segundo a Constituição Federal, é(são)
- (A) as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e municipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
 - (B) as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
 - (C) as operações relativas à circulação de mercadorias, apenas.
 - (D) as operações relativas à circulação de mercadorias e a prestação de serviços de qualquer natureza.
 - (E) a produção de produtos industrializados.
43. Segundo a Constituição Federal, o aspecto material da hipótese de incidência do imposto de exportação é
- (A) a exportação, para o exterior, de produtos nacionais, apenas.
 - (B) a exportação, para o exterior, de produtos nacionalizados, apenas.
 - (C) a exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
 - (D) a importação de produtos estrangeiros.
 - (E) a importação de produtos nacionais ou nacionalizados.

44. Segundo interpretação literal do Código Tributário Nacional, são espécies tributárias previstas, nesse sistema,
- (A) os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria.
 - (B) os impostos e as tarifas.
 - (C) os impostos e as taxas, apenas.
 - (D) as taxas e as contribuições de melhorias, apenas.
 - (E) os impostos, as tarifas e as contribuições de melhoria.
45. “A Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade – INVESTE SÃO PAULO – será vinculada, por cooperação, à Secretaria _____; será capacitada a receber o investidor e a promover as _____ entre os entes públicos e os privados, necessárias para o desenvolvimento do Estado; terá sede e foro no Município de São Paulo e duração por _____.”
- Assinale a alternativa que, nos termos da lei, completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.
- (A) Estadual da Fazenda ... ingerências ... vinte anos
 - (B) Estadual da Ciência e da Tecnologia ... articulações ... dez anos
 - (C) Estadual de Desenvolvimento ... associações ... pelo menos vinte anos
 - (D) do Planejamento do Estado de São Paulo ... ações desenvolvimentistas ... tempo indeterminado
 - (E) de Desenvolvimento do Estado de São Paulo ... articulações ... tempo indeterminado
46. Nos termos da legislação que trata da INVESTE SÃO PAULO, assinale a alternativa correta.
- (A) São órgãos de direção da INVESTE SÃO PAULO: a Diretoria Executiva e o Conselho Consultivo.
 - (B) O Presidente e os membros da Diretoria Executiva da INVESTE SÃO PAULO serão escolhidos e nomeados pelo Secretário Estadual da Fazenda.
 - (C) Constituirão receitas da INVESTE SÃO PAULO, entre outras, as decorrentes de decisão judicial.
 - (D) Caberá ao Conselho Consultivo da INVESTE SÃO PAULO a atribuição de propor ao Governador do Estado políticas e medidas específicas destinadas a promover o desenvolvimento do Estado.
 - (E) Na hipótese de extinção da INVESTE SÃO PAULO, o seu patrimônio será imediatamente transferido à União.
47. A quem compete decidir sobre os atos de dispensa e movimentação de pessoal da INVESTE SÃO PAULO?
- (A) Ao Governador.
 - (B) Ao Departamento de Pessoal.
 - (C) Ao Secretário Estadual da Fazenda.
 - (D) Ao Presidente da Agência.
 - (E) Ao Conselho Deliberativo.
48. Assinale a alternativa correta a respeito do Conselho Fiscal da INVESTE SÃO PAULO.
- (A) Cada membro do Conselho terá 2 (dois) suplentes.
 - (B) O mandato do membro do Conselho Fiscal representante do setor privado é de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.
 - (C) Os seus membros perderão essa condição em virtude de destituição por decisão de dois terços dos membros da Diretoria.
 - (D) O Conselho Fiscal se reunirá mensalmente, ou extraordinariamente, por convocação do Presidente da INVESTE SÃO PAULO.
 - (E) O Conselho deliberará por maioria, observado o quórum mínimo de 3 (três) membros, cabendo ao Presidente, além do voto ordinário, o de qualidade.
49. O Presidente da Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade – INVESTE SÃO PAULO deverá, em função de suas competências,
- (A) dirigir, coordenar e controlar a execução das atividades da Agência, praticando os atos necessários à gestão técnica, administrativa, orçamentária e financeira da INVESTE SÃO PAULO.
 - (B) fiscalizar a gestão orçamentária, contábil e patrimonial da INVESTE SÃO PAULO.
 - (C) propor ao Secretário Estadual a contratação de serviços contábeis, de auditoria independente ou de parecer técnico especializado para auxiliar os trabalhos da Diretoria, especialmente os relativos ao balanço anual.
 - (D) decidir, mediante apresentação ou proposta da Diretoria Executiva, sobre os planos de trabalho anuais e os relatórios de acompanhamento e avaliação.
 - (E) deliberar sobre o planejamento estratégico da INVESTE SÃO PAULO.
50. Na hipótese de a INVESTE SÃO PAULO pretender contratar pessoal sem concurso público,
- (A) poderá fazê-lo, desde que autorizada diretamente pelo Governador do Estado.
 - (B) poderá fazê-lo livremente, para qualquer cargo, uma vez que se trata de pessoa jurídica de direito privado, não estando obrigada a contratar por concurso público.
 - (C) poderá fazê-lo para os cargos de gerência e assessoramento, que serão de livre provimento, até o limite quantitativo estabelecido pelo Conselho Deliberativo.
 - (D) poderá fazê-lo, para os cargos de direção, chefia e assessoramento, que são de livre provimento e exoneração, desde que autorizada pela Diretoria Executiva, após parecer favorável do Conselho Fiscal.
 - (E) não poderá fazê-lo, uma vez que todos os cargos da Agência devem ser providos por meio de concurso público.